

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.263 - SP (2018/0334740-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : A R T**  
**ADVOGADO : ORLANDO RISSI JUNIOR - SP220682**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 147 (ameaça) e 331 (desacato), ambos do Código Penal, à pena de 08 (oito) meses e 05 (cinco) dias de detenção, em regime inicial semiaberto.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, que restou desprovido por acórdão assim ementado:

*Apelação Criminal DESACATO e AMEAÇA Art. 331 e art. 147, "caput", ambos do Código Penal Materialidade e autoria demonstradas Palavras da vítima e testemunha Réu que desacatou funcionário público no exercício de suas funções e o ameaçou de causar-lhe mal injusto e grave Condenação mantida.*

*Penas Pena-base no mínimo legal Reincidência Art. 59, do Código Penal - Regime semiaberto - Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.*

*Recurso desprovido.*

Em sede de recurso especial, a defesa sustenta a aplicação do princípio da consunção para promover a absorção do crime de ameaça pelo de desacato.

A r. decisão agravada inadmitiu o recurso especial, haja vista a não comprovação da divergência jurisprudencial e a aplicação do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

Em agravo em recurso especial, a defesa alega que a divergência jurisprudencial foi devidamente demonstrada e que não demanda o reexame de provas, mas sim a discussão acerca de sua valoração.

Contraminuta às fls. 417/418.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 429/435).

É o relatório. Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

O recurso não merece ser conhecido.

É assente nesta Corte Superior o entendimento de que há a necessidade de indicação do dispositivo de lei federal objeto da divergência, mesmo quando o apelo nobre é interposto com fundamento apenas na alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO NO QUAL SE FUNDA A DIVERGÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A interposição pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da CF exige a indicação do dispositivo de lei federal sobre o qual se funda a divergência. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1013384/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017 - Grifo Nosso).*

*RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO. INEXISTÊNCIA. INTIMAÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL. QUESTÃO SURGIDA NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. SUFICIÊNCIA DA PROVA PARA EMBASAR A DENÚNCIA. SÚMULA 7/STJ. ADITAMENTO. REGULARIDADE. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. VALIDADE. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 593.727. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. RECURSO COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.*

(...)

*9. A falta de indicação do dispositivo de lei federal a que os acórdãos teriam conferido interpretação divergente evidencia deficiência na fundamentação recursal que impede o conhecimento do recurso especial ante à incidência do enunciado 284 da súmula do*

**Supremo Tribunal Federal. 10. Recurso improvido. (REsp 1525437/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016 - Grifo Nosso).**

Diante disso, o conhecimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator